

Aviso n.º 19/DURB/2006**Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 8/01****Abertura de discussão pública**

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faz público que, no uso de competência delegada pela presidente da Câmara, de acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, é aberto um período de discussão pública sobre a proposta de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 8/01 (P.º 4.9.829), que titula a licença de loteamento do prédio urbano situado na Quinta da Amizade, Poço Mouro, freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, deste concelho, requeridas por C. V. T. — Construções Cívicas, L.ª, e consistem na variação parcial da superfície total de pavimentos e do número de fogos de alguns lotes, mantendo-se, no entanto, o total da superfície total de pavimentos e o número de fogos anteriormente aprovados.

O período de discussão inicia-se no 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República* e decorrerá nos 15 dias úteis subsequentes.

A proposta para consulta estará patente na Divisão Técnico-Administrativa do Departamento de Urbanismo desta Câmara, na Rua de Acácio Barradas, 27, Edifício Sado, rés-do-chão, em Setúbal.

Todos os interessados poderão apresentar, dentro do prazo antes referido, as suas reclamações, observações ou sugestões.

6 de Dezembro de 2006. — O Vereador, com competência delegada na Área do Urbanismo, *André Martins*. 3000221889

Aviso n.º 299/2006/DRH**Concurso externo de ingresso com vista ao provimento de um lugar da categoria de pedreiro (operário qualificado)****Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Outubro de 2006, Jorge Miguel Martins dos Santos Cova foi nomeado, provisoriamente, para o provimento do lugar de pedreiro (operário qualificado), precedendo concurso, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e artigos 12.º, n.ºs 2 e 3, e 14.º, n.º 3, ambos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º) do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeito a partir de 2 de Novembro de 2006 para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 2006. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação (despacho n.º 339/06/GAP, de 18 de Setembro de 2006), *Eusébio Candeias*. 1000308747

Aviso n.º 300/2006/DRH**Reclassificação profissional****Nomeação definitiva**

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho de 3 de Novembro de 2006, Andreia Bruno Pinto Soromenho Quintas da Costa, foi nomeada definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de técnico de informática de grau I, nível I, da carreira de técnico de informática findo o período de nomeação em comissão de serviço extraordinária, com posicionamento no escalão I, índice 332, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 3, e 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com os artigos 9.º, n.ºs 1 e 2, alínea *a*), e 10.º, n.º 1, alínea *a*), ambos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2006. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação (despacho n.º 339/06/GAP, de 18 de Setembro de 2006), *Eusébio Candeias*. 1000308748

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**Aviso n.º 131/DAG/DGRH/SAP/06**

Para cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que a presidente da Câmara procedeu à contratação a termo resolutivo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, dos seguintes trabalhadores:

Ana Cristina Faria Braga, Elisabete Maria Fernandes Lavrador, Renato Miguel Godinho Ribeiro, Joaquim Luís de Almeida Loureiro, Ana Cristina Lopes Destapado, Michael Lourenço Apolinário e Dina Alexandra Ávila da Silveira, pelo prazo de um ano, com efeitos a 26 de Outubro de 2006, com categoria equiparável a auxiliar técnico (despacho de 25 de Outubro de 2006).

Jorge Alberto Casquinha Tarracha e Miguel Nuno Neto Durães Franco, pelo prazo de um ano, com efeitos a 2 de Novembro de 2006, com categoria equiparável a encarregado de parques desportivos e recreativos (despacho de 25 de Outubro de 2006).

23 de Novembro de 2006. — A Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*. 3000222045

Aviso n.º 137 DAG/DGRH/SAP/06

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que a presidente da Câmara procedeu à abertura, pelo prazo de 20 dias úteis (referências A e B) e de 10 dias úteis (referências C e D) contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dos seguintes concursos externos:

Referência A — um lugar de operário semiquilificado — cantoneiro, por despacho de 27 de Setembro de 2006;

Referência B — um lugar de operário altamente qualificado — mecânico auto, por despacho de 3 de Outubro de 2006;

Referência C — um lugar de operário semiquilificado — carregador, por despacho de 13 de Novembro de 2006;

Referência D — dois lugares de técnico superior estagiário de arquitecto, por despacho de 13 de Setembro de 2006.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação.

4 — Lugares a preencher — válidos para as vagas postas a concurso e para as que vierem a ocorrer dentro do prazo de validade.

5 — Prazo de validade — um ano.

6 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho; 238/99, de 25 de Junho; 353-A/89, de 16 de Outubro; 427/89, de 7 de Dezembro; 409/91, de 17 de Outubro; 404-A/98, de 18 de Dezembro; 412-A/98, de 30 de Dezembro; 518/99, de 10 de Dezembro, e 265/88, de 28 de Julho.

7 — Conteúdos funcionais — Despacho n.º 1/90, *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de Julho (referência A), Despacho n.º 4/88, *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de Abril de 1989 (referência B), Despacho n.º 29-A/92, *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Dezembro (referência C) e Despacho n.º 6871/02, *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Abril (referência D).

8 — Local de trabalho — o local de trabalho é toda a área do município de Vila Franca de Xira.

9 — Remunerações e outras condições — os titulares dos lugares a prover serão remunerados pelo índice 137, vencimento ilíquido de 441,03 euros (referências A e C), pelo índice 321, vencimento ilíquido de 1033,36 euros (referência D), nos termos constantes do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, e pelo índice 189, vencimento ilíquido de 608,43 euros (referência B), nos termos do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 518/99, sendo-lhes aplicáveis, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para funcionários da administração local.